

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-06-03

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Vasconcelos, P. (2023). Amor à hierarquia: A ascensão da ideologia antigénero. In Anália Torres, Fátima Assunção, Paula Campos Pinto, Diana Maciel (Ed.), *Género, conhecimento, resistências e ação*. (pp. 107-125). Lisboa: ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Further information on publisher's website:

http://cieg.iscsp.utl.pt/images/0_Indice_Introducao.pdf

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Vasconcelos, P. (2023). Amor à hierarquia: A ascensão da ideologia antigénero. In Anália Torres, Fátima Assunção, Paula Campos Pinto, Diana Maciel (Ed.), *Género, conhecimento, resistências e ação*. (pp. 107-125). Lisboa: ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

VASCONCELOS, Pedro (2021), “**Amor à Hierarquia: a ascensão da ideologia anti-género**”, in A. Torres (ed.) (2021), *Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres: Reflexividade, Resistência e Ação*, Lisboa: CIEG/ISCSP-UL (**NO PRELO**).

Resumo

Numa lógica ensaística, parte-se da dificuldade em encontrar linguagens que possam não sucumbir aos efeitos próprios das estruturas da desigualdade de género, antes as legitimando, para dar conta das lutas político-ideológicas em torno das hierarquias sociais. Neste sentido apresenta-se o desenvolvimento contemporâneo de uma dessas posições políticas de direita e extrema-direita, que pode ser caracterizada como se agregando em torno de uma ‘ideologia anti-género’. Esta constitui-se como uma nebulosa discursiva fortemente conservadora caracterizada pela vincada recusa quer de uma visão igualitária entre mulheres e homens, quer das variadas lógicas de emancipação feminina dela decorrentes, quer ainda de todas as reivindicações *queer* e *trans*, nomeadamente aquelas que sentem como pondo em causa a suposta naturalidade da família heterossexual, tanto como a suposta naturalidade da heterossexualidade ela mesma e das identidades de género que ‘naturalmente’ produziria (machos e fêmeas enquanto homens e mulheres). Recusa, assim, a própria ideia de género a favor da ideia de sexo, entendido como uma realidade antropológica de invariável base biológica (ou mesmo teológica) anterior a qualquer suposto desmando ou deriva social e cultural. Neste sentido, as organizações e movimentos políticos norteados por ‘ideologias anti-género’ são mobilizações estratégicas pela tomada de poder político com uma agenda contra a igualdade – antes, a partir do seu amor à hierarquia, de defesa da desigualdade. Desta forma, pretendem a erradicação do espaço de discussão e luta política em torno das desigualdades de género e sexuais (aquilo que apelidamos de Género-Campo), bem como dos seus protagonistas progressistas, pela exaltação e naturalização legitimadora do que denominamos de Género-Estrutura.

Palavras-Chave

Ordem de Género, Ideologia Anti-Género, Hierarquias sociais, Género-Estrutura, Género-Campo.

Amor à Hierarquia: a ascensão da ideologia anti-género¹

Pedro Vasconcelos, Iscte Instituto Universitário de Lisboa

A reacção

O género é das questões sociológicas mais difíceis de abordar em si mesma e, como qualquer pessoa que tenha alguma vez dado aulas sobre isso, das mais difíceis desconstruções e explicações de transmitir. Tal deve-se, sem dúvida, não só à antiguidade e perenidade das estruturas de diferenciação e desigualdade de género, como à sua presente efectividade – numa transversalidade institucional profundamente legitimada e naturalizada ao ponto de ser, para muita gente, invisível ou evidente, além de identitária. A tudo isto se junta a própria dificuldade em desenvolver uma linguagem analítica para dar conta dos processos de género que não reconduza ela própria a uma reprodução de esquemas de pensamento eles mesmo gendrificadas e reprodutores das assimetrias entre masculino e feminino, logo entre homens e mulheres. É como se todo o arsenal conceptual de que dispomos fosse ele mesmo sempre à partida um produto simbólico das dinâmicas assimétricas de género – é difícil desconstruir e explicar as práticas e as instituições quando a linguagem que para tal dispomos emana dessas mesmas práticas e instituições.² A estes conhecidos processos se junta a disseminação e apropriação das linguagens e conceitos com origem académica e científica pelo senso-comum. Um dos casos mais óbvios é, conjuntamente com as ideias de classe social e raça/etnia, o da ideia de género, enquanto realidade distinta da biologia reprodutiva. Estas apropriações sociais de conceitos eruditos tendem a ofuscar a complexidade e subtileza dos debates e posições académicas, produzindo formações discursivas com certeza adaptáveis mas mais frequentemente rígidas, reificadoras e categorizantes – dos processos e das pessoas. Para mais quando tais formações discursivas se tornam tópicos centrais de luta político-ideológica.

¹ Este texto foi desenvolvido com o apoio do projecto de investigação *TRANSRIGHTS: Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective*, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC – *European Research Council*) da União Europeia, no âmbito do *Seventh Framework Programme (FP7/2007-2013)* / *ERC grant agreement n° 615594*, e coordenado por Sofia Aboim. O projecto reflecte apenas as perspectivas do autor e a União Europeia não pode ser considerada responsável por qualquer uso da informação veiculada.

² Como de resto já Bourdieu alertava, não só para o género (Bourdieu, 1998), mas também, entre outros exemplos possíveis, para a análise do Estado (Bourdieu, 2012).

Tal é sem dúvida o caso da questão do género.³ As discussões sobre o género, mesmo que não tematizado enquanto tal mas antes como uma discussão apenas sobre a condição social feminina, estão presentes de forma clara desde o alvorecer da modernidade ocidental. Vejam-se os contributos intelectuais e políticos, por exemplo, de Olympe de Gouges (1791) ou de Mary Wollstonecraft (1792), bem como a sua continuidade e renovação nos chamados feminismos de primeira vaga, da segunda metade do séc. XIX e inícios de XX. De facto, com o progressivo fim do *Ancien Régime* e a ascensão e consolidação do Iluminismo durante o séc. XVIII, verificou-se um esboroar, ora paulatino ora abrupto, das legitimações mítico-religiosas para a diferença e desigualdade sociais. Essas legitimações viriam a ser substituídas, em parte, por ideários da igualdade entre indivíduos, assentes em fundamentações filosóficas de contrato social e de lei natural. Vejam-se os casos exemplares da Revolução e Declaração de Independência Americanas (1776), bem como a Revolução Francesa e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). É também claro que tais ideários e novas ordenações políticas, apesar de terem tendencialmente desfeito a legitimação de uma estrutura de classes organizada em castas supostamente hereditárias e tendencialmente imóveis (os três estados), fizeram-no apenas para os homens, excluindo as mulheres (bem como as populações não europeias crescentemente racializada).⁴ Assim, se por um lado se afirmava tendencialmente a igualdade ontológica entre todos os seres humanos, por outro lado cedo se restringiu a definição do ser humano pleno a homens brancos e, preferencialmente, proprietários. Esta contradição entre igualitarismo e desigualdade necessitou de novas modalidades de legitimação, tendo sido os discursos científicos da diferença biológica (supostamente ‘natural’, prévia à história e sociedade) a desempenharem essa função. De uma forma geral, foi o racismo (em todas as suas modalidades: racial, de classe, de género, etc.),⁵ ou, se quiserem, o reducionismo biologicista discriminatório, que se viria a tornar o esquema explicativo (e institucional) central para a persistência ou mesmo legitimação das desigualdades sociais durante o séc. XIX e, em grande parte, na primeira metade do séc. XX.

³ Que não é caso único. Veja-se o exemplo da definição de família como tópico e campo de luta política, de resto não desconectável da questão do género.

⁴ Verificaram-se igualmente processos de exclusão baseados na propriedade, mesmo para os homens ‘brancos’, como pode ser visto no longo historial de voto censitário em múltiplos países.

⁵ Um bom exemplo do emaranhamento entre estes múltiplos racismos pode ser encontrado na história das concepções, práticas e instituições eugénicas (para uma panorâmica, ver Zimmer, 2018).

Independentemente dos seus múltiplos impactos, até porque as palavras escapam aos seus autores,⁶ as revoluções, documentos e movimentos igualitários de finais do séc. XVIII e inícios de XIX sedimentaram-se numa codificação e legitimação, ainda que contraditória, das desigualdades de género, raça e classe, que, mesmo reestruturadas, vinham já de processos estruturais anteriores.

Permitam-me, no tom algo ensaístico que desenvolvo neste breve texto, dar um apontamento da minha história familiar que bem indica, para o caso português, o carácter imbrincado da classe, raça e género já existente nos processos de diferenciação e desigualdade social ainda durante o Absolutismo português. Um dos irmãos de um dos meus 7^{os} avós, de seu nome António Teixeira de Vasconcelos, solicitou e recebeu, nos finais do séc. XVIII, Habilitação a Familiar do Santo Ofício (1768) e Sentença Civil de Nobreza (1779). Nestes dois documentos pode ser lido, respectivamente:

Ditos seus pais e avós paternos e maternos acima nomeados são e foram pessoas cristãs-velhas, limpas de limpo sangue, sem mancha alguma de judeu, cristão-novo, mouro, mourisco, mulato e infiel, nem de outra alguma infecta nação ou de gente novamente convertida à nossa Santa Fé Católica, e que por legítimos e cristãos-velhos são e foram sempre todos.

O justificante é descendente dos ditos seus pais e avós acima nomeados, que viveram com honra devida a suas qualidades e estado, e foram limpos de toda a infecta nação, de mouro, judeu, ou mulato ou descendente deles. É o justificante familiar do Santo Ofício, e tem servido a sua Majestade em vários empregos, (...) de famílias que sempre viveram com honra de limpo sangue, e sem nota da infecta nação...

Atente-se como nestes dois arrepiantes excertos estão presentes argumentações de género (por via da centralidade de uma genealogia reprodutiva heteronormativa e da ideia de família como fundamento da toda a honra), de classe (no próprio propósito de distinção classista dos dois documentos, bem como na ideia de honra ‘das suas qualidades e estado’) e, mais visivelmente, de raça (as várias ‘nações infectas’ mencionadas), bem

⁶ Veja-se a título de exemplo a Revolução (1791-1804) e Declaração de Independência do Haiti (1804), enquanto insurreição de escravos negros contra o domínio colonial francês, utilizando o argumentário da própria Revolução Francesa como fonte de inspiração e legitimação. Repare-se que, uma vez que a palavra ‘homem’ é tornada sinónimo de ‘humano’, então toda a gente, mesmo que não seja ‘homem’ em definições restritivas do termo, pode reclamar sê-lo e reivindicar os direitos inerentes a tal qualificação.

como de nacionalidade estatal (no próprio uso da palavra ‘nação’, bem com na ideia de ‘serviço a sua majestade’). É claro, no entanto, que aqui a lógica argumentativa ainda é, ao menos formalmente, religiosa (‘cristãos-velhos’, ‘santa fé católica’...). Apesar do aparente arcaísmo pré-moderno das fundamentações e argumentos invocados nestes dois documentos, não é despiciendo, contudo, o pioneirismo português na invenção do racismo europeu moderno. Desde logo, concomitantemente com a exploração da costa africana ao longo dos séculos XV e XVI e o desenvolvimento do tráfico de escravos ‘negros’ (no qual Portugal foi protagonista central pelo menos até meados do séc. XIX), pela transformação de uma diferença religiosa (judeus e judaísmo; mouros, mouriscos e islão) em diferença étnico-racial (pela metáfora do sangue transmitido genealogicamente, que é já uma argumentação sobre a biologia), independentemente da identidade ou efectivas práticas religiosas e prolongando-se pelas gerações futuras (o estatuto de ‘cristão-novo’).

Os argumentários conservadores, de direita como de esquerda mas mais os primeiros, sempre defenderam a manutenção da ordem de desigualdade de antanho (ou, mais selectivamente, de alguns dos seus elementos), real ou fantasmática, podendo mesmo o conservadorismo, mesmo o revolucionário, ser definido como defesa da ordem, sustentando frequentemente que essa ordem é natural (seja qual for a justificação dessa natureza, religiosa ou biológica, por exemplo). Género, raça e classe são, no dealbar da modernidade como no seu desenrolar, elementos centrais, objectivamente, da diferenciação e desigualdade (correspondendo a processos de organização, integração e dominação estruturais como o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo), tanto quanto tópicos retóricos nevrálgicos dos defensores de uma ordem social hierárquica. Assim, a questão do estatuto das mulheres, da organização e modalidades legítimas de família, ou da discriminação e perseguição das minorias sexuais sempre foi uma questão no mínimo não desdenhável para as orientações políticas conservadoras. Tal é patente, como mencionei, desde o séc. XVIII, mas tornou-se por demais evidente, no que à desigualdade de género diz respeito, nas fortes reacções contrárias às reivindicações feministas chamadas de segunda vaga, de meados do séc. XX em diante.

A questão da desigualdade género⁷ para as teorias feministas, bem como para as ciências sociais nelas inspiradas, tornou-se rapidamente uma demanda crítica por todos

⁷ De notar que o termo ‘género’ só se generaliza claramente nos estudos feministas e nas ciências sociais a partir da década de 1970. Ver por exemplo os trabalhos de Ann Oakley (1974a, 1974b), ela própria pioneira na introdução do termo e conceito ‘género’ na sociologia, para lá da mera ideia de ‘papel sexual’. Esse uso

os processos sociais indutores dessa desigualdade. Neste sentido, os diferentes feminismos vieram, respectivamente, trazer à discussão os múltiplos determinantes da ordem social (de género). Numa esquematização necessariamente simplista e não exaustiva, poderíamos dizer que o feminismo liberal continuou e aprofundou, em continuidade relativa com os feminismos de primeira vaga, a análise dos processos especificamente jurídicos e políticos da desigualdade entre homens e mulheres. O feminismo marxista focalizou-se na questão do trabalho, nomeadamente através da altamente heurística distinção analítica entre trabalho reprodutivo e produtivo, aliando a análise crítica do capitalismo à do patriarcado. O feminismo psicanalítico prestou particular atenção às dimensões patriarcais da cultura e do domínio do simbólico (seja o que for tal quer dizer em muitos escritos psicanalíticos...). O feminismo radical, por sua vez, indagou em profunda exegese crítica a questão da sexualidade (particularmente da heterossexualidade) e, numa segunda fase, da diferença (particularmente em termos das questões da orientação sexual e da racialização/etnicidade). Os desenvolvimentos e rupturas revolucionárias do chamado feminismo de terceira vaga (*Queer Theory*, a partir de finais da década de 1980, inícios de 90), entre múltiplos elementos e complexidades conceptuais que aqui não cabe discutir, deram conta da centralidade quer do discurso, quer da performatividade, chegando ao ponto de argumentar que o sexo (como suposta categoria do biológico) não é ele mesmo pré-discursivo, mas já um ordenamento político das categorias de género e da heteronormatividade (ver Butler, 1993). Igualmente o feminismo interseccional apontou e detalhou como diferentes eixos de dominação (género, sexualidade, raça, classe...) se cruzam produzindo matrizes de desigualdade complexas.

A partir do momento em que os movimentos sociais de reivindicação política, tal como os feministas e LGBTQ, usaram criticamente a ideia de género, como sinalizadora conceptual de uma ordem social desigual e, do ponto de vista de uma avaliação axiológica e política humanista, injusta, então o combate contra tais aspirações emancipatórias tornou-se o combate contra a própria ideia de género, caracterizada pelos seus opositores

generalizar-se-ia posteriormente a autores centrais da sociologia geral como Goffman (1979), além de se tornar universal na sociologia (doravante) do género também na década de 70 (ver, por exemplo West e Zimmerman, 1987, mas escrito em 1977; atente-se igualmente no uso parcial da ideia de género já em Garfinkel, 1967, ainda que em simultâneo com a ideia de *sex status*). Veja-se, aliás, como as ideias paralelas de papel sexual ou de papel de género, com origens, respectivamente, na sociologia parsoniana (e antes disso durkheimiana) e na biomedicina da transexualidade, acabaram por ser apropriadas pelo feminismo de segunda vaga (embora não sem uma forte crítica e recusa da visão estereotípica das funções e posições sociais femininas), pois permitiram, na altura, uma desnaturalização da condição e categoria da mulher, ou seja, de forma simples, a distinção analítica entre sexo biológico e género social.

como uma mera ideologia (com todas as conotações negativas que tal termo também comporta). Nasceu assim a ideia de que as teorias e conceitos desenvolvidos para analisar criticamente a desigualdade de género nada mais são do que uma ‘ideologia de género’, que pretende, nefasta, insidiosa e imoralmente, desestruturar a ordem natural do mundo.

De facto, o que se assiste é à emergência de uma *ideologia anti-género* (Kuhar & Paternotte, 2017). Esta ideologia constitui-se como uma nebulosa discursiva fortemente conservadora e, ainda que flexível e adaptável consoante as circunstâncias em que é mobilizável para a luta política e obtenção do poder, caracterizada pela vincada recusa quer de uma visão igualitária entre mulheres e homens, quer das variadas lógicas de emancipação feminina dela decorrentes, quer ainda de todas as reivindicações *queer* e *trans*, nomeadamente aquelas que sentem como pondo em causa a suposta naturalidade da família heterossexual, tanto como a suposta naturalidade da heterossexualidade ela mesma e das identidades de género que ‘naturalmente’ produziria (machos e fêmeas enquanto homens e mulheres). Numa frase, as ideologias anti-género recusam a ideia de género a favor da ideia de sexo, entendido como uma realidade antropológica de invariável base biológica (ou mesmo teológica) anterior a qualquer suposto desmando ou deriva social e cultural. Neste sentido, as organizações e movimentos políticos norteados por ideologias anti-género são mobilizações estratégicas pela tomada de poder político, ou pelo menos pelo poder de enunciação pública, com uma agenda contra a igualdade – antes, a partir do seu amor à hierarquia, de defesa da desigualdade.

A ‘conspiração’

A emergência e desenvolvimento da ideologia anti-género tem protagonistas individuais e colectivos que qualificam todo o questionamento da desigualdade de género como, ele mesmo, uma mera ideologia desnaturada e antinatural, apelidando-a, como vimos, de ‘ideologia de género’. Apesar de centrada na questão do género, verificamos que nessa temática não se esgota, estando associada a modelos políticos, de direita e extrema-direita, autoritários e globalmente hierarquizantes. Estes modelos políticos e movimentos a eles associados só fazem sentido não só face ao protagonismo de movimentos emancipatórios de género e sexualidade, mas igualmente face à crescente disseminação junto de muitas populações de valores com isso consentâneos, bem como à também crescente incorporação (no arco histórico pós II Guerra Mundial) de valores de igualdade e anti-discriminatórios por parte de diversos estados, organização de estados e organizações internacionais públicas. De facto, a ‘ideologia de género’ para os ideólogos

anti-género é frequentemente apresentada como uma conspiração totalitária levada a cabo por supostas elites cosmopolitas, a academia (nomeadamente com o fantasma do ‘marxismo cultural’), minorias (étnicas, raciais, religiosas, sexuais...), potências estatais estrangeiras ou organizações internacionais (as Nações Unidas, a União Europeia, etc.). Este argumentário apresenta, aliás, um parentesco e homologia com tradicionais tópicos obsessivos da extrema-direita fascista e racista, nomeadamente a ideia de conspiração judaico-comunista internacional.

Os primeiros pronunciamentos contra uma suposta ‘ideologia de género’, enquanto ameaça à imaginada ordem natural e civilizacional de toda a humanidade, foram feitos a partir do Vaticano por vários papas, desde João Paulo II (1978-2005), passando por Bento XVI (2005-2013), e hoje em dia com Francisco (2013 em diante), que recentemente reafirmou (2016) que a ‘ideologia de género’, pela sua negação de supostas complementaridades e diferenças naturais, ‘destrói a base antropológica da família’. Esta noção de ‘ideologia de género’ começou a tomar forma como contra-estratégia após a Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento, organizada pelas Nações Unidas no Cairo em 1994. Aí assistiu-se à aliança entre o Vaticano (logo, a Igreja Católica Apostólica Romana) e países islâmicos conservadores e teocráticos, como o Irão e a Arábia Saudita, contra os direitos reprodutivos e autodeterminação sexual das mulheres. Esta reacção ideológica cimentou-se após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, também organizada pelas Nações Unidas, em 1995 em Pequim.

Desde então, a Igreja Católica e suas organizações e movimentos satélite mais tradicionalistas (como a *Opus Dei* e o Caminho Neocatecumenal) estão empenhadas num forte esforço dogmático e prático de oposição à igualdade de género e a iniciativas (nacionais e internacionais) a tal associadas. Esse esforço, além de se consubstanciar em desenvolvimentos propriamente doutrinários, tem também sabido acalentar mobilizações políticas concretas, através de manifestações (por exemplo e em vários países, contra a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo), organização de conferências e congressos, apoio a organizações partidárias e para-partidárias de direita e extrema-direita (mesmo quando estas preconizam ideias xenófobas e racistas contemporaneamente repudiadas pela Igreja Católica).

Estas iniciativas especificamente católicas, que ainda continuam, foram rapidamente seguidas por outras similares por parte de outros grupos e organizações religiosas de diferentes orientações religiosas, desde islâmicas a cristãs ortodoxas (particularmente russas), e, crescentemente, protestantes evangélicas com sede nos

Estados Unidos da América. De facto, novas fontes de financiamento e produção ideológica começaram a emanar dos EUA na viragem do século. Numa primeira fase através de iniciativas de base estritamente religiosa, mas posteriormente através das múltiplas organizações e fundações da chamada ‘direita evangélica’ (por exemplo, a *Billy Graham Evangelistic Association* ou o *World Congress of Families*⁸), dadores individuais multimilionários (por exemplo, os irmãos Koch, dos principais financiadores da campanha eleitoral de Donald Trump à presidência dos EUA; da família de Betsy DeVos, Ministra da Educação do governo de Trump) e, mais recentemente, por nacionalistas populistas de extrema-direita (por exemplo, Steve Bannon, também multimilionário, em tempos o mais importante conselheiro de Trump e que hoje em dia procura aumentar a sua influência junto dos movimentos nacionalista europeus, apoiando Matteo Salvini, em Itália, e Viktor Orbán, na Hungria, bem como na América do Sul, tendo sido conselheiro informal da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil e reunido várias vezes, em público como em privado, com o inspirador doutrinário da extrema-direita brasileira, Olavo de Carvalho, conhecido doutrinador contra o ‘marxismo cultural’ e a ‘ideologia de género’).

Muitos e diversificados exemplos nacionais podem ser avançados das iniciativas, em rede (a ‘conspiração’) tanto como por inspiração à distância. Na Hungria, Orbán (único líder europeu de relevo, além do Presidente da República Portuguesa, a estar presente na tomada de posse de Bolsonaro), defensor da ‘democracia iliberal’ com o apoio parcial da hierarquia católica local, que acolherá em setembro de 2020 o 52º Congresso Eucarístico Internacional, tem-se mostrado ágil em múltiplas iniciativas com vista à promoção da família tradicional e dos ‘valores cristãos’, passando pela expulsão de instituições de ensino do país (como a Universidade Centro-Europeia) porque as associa não só a financiamento estrangeiro (e judeu) como ao ensino de Estudos de Género e LGBTQ (ambos, aliás, formalmente proibidos na Hungria), bem como pela recente legislação anti-trans que impede a alteração de sexo civil, impondo uma definição estritamente biologicista de sexo biológico para todos os efeitos de cidadania e reconhecimento político. Nos EUA, além do mencionado, atente-se em como a tríade ‘vida, família e liberdade’ foi consagrada na influente *Declaração de Manhattan: um chamamento à consciência cristã*, manifesto de 2009 congregador de activistas da direita religiosa (católicos, ortodoxos e evangélicos), afirmando-se contra os direitos

⁸ Uma ‘organização de ódio’ (*hate organization*), segundo o influente e respeitado *Southern Poverty Law Center* americano.

reprodutivos e sexuais das mulheres (pela proibição e perseguição penal das mulheres que levassem a cabo interrupções voluntárias da gravidez), pelo casamento e famílias tradicionais e religiosas, contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o divórcio e o controle da fertilidade dentro do casamento (*maxime*, contra a opção de não ter filhos). Repare-se igualmente no patrocínio e financiamento do extremamente conservador *Instituto Dignitatis Humanae* italiano pelo estado-unidense *Acton Institute* e favorecido por Steve Bannon (que pretendia usar um mosteiro italiano como centro de formação para dirigentes nacionalistas europeus), ou na realização das conferências internacionais do *World Congress of Families*, em Budapeste em 2017 (Orbán discursou) ou em Verona em 2019 (Salvini discursou). Também em Espanha podemos verificar que o partido de extrema-direita VOX, com assento parlamentar, que pretendia (pretende) suspender legislação contra a violência de género, entre outras iniciativas anti-igualitárias, é apoiado pelo grupo de pressão ultraconservador *CitizenGo* (fundado em 2013, logo após a realização em Madrid da conferência de 2012 do *World Congress of Families*), financiado também por patronos americanos e russos. Atente-se à constituição, em França, da organização *La Manif Pour Tous*, fortíssima opositora do casamento entre pessoas do mesmo sexo e apoiada pela hierarquia católica, que se tornou oficialmente partido político em 2015. Repare-se como todas estas iniciativas e organizações são explícitas em atacar o que denominam de ‘ideologia de género’ – no caso do partido de extrema-direita alemã *Alternative für Deutschland*, com assento parlamentar e que também quer descontinuar os Estudos de Género na Alemanha, aquilo que apelida de *Genderismus*.

Também Portugal não escapa incólume a estas tendências anti-igualitárias. Desde a afixação de cartazes explicitamente contra a ‘ideologia de género’, pela organização de extrema-direita Escudo Identitário em 2018, passando pelo mais relevante pedido (animado pelo pavor da polémica das casas-de-banho) de fiscalização sucessiva da lei sobre o direito à autodeterminação da identidade de género, no respeitante à suposta promoção nas escolas da ‘ideologia de género’, por 86 deputados, 85 dos quais dos partidos da direita parlamentar (nuns impressionantes 79% dos representantes dessa ala política), até à contínua actividade doutrinária levada a cabo através do *site* noticioso radical de direita *Observador* (numa busca simples encontram-se mais de 300 notícias ou artigos de opinião com a expressão ‘ideologia de género’) que chega a equiparar os esforços políticos igualitários a uma ‘ditadura’.

A ideologia

Pode-se constatar, através destes poucos exemplos não sistemáticos, como a ideologia anti-género, se é uma configuração discursiva apropriada por organizações de direita e de extrema-direita, é também em grande medida uma coligação e rede de carácter transnacional, envolvendo uma miríade de actores e organizações, desde especificamente políticas, a religiosas e mediáticas.

A ideologia anti-género e seus movimentos, enquanto retórica e esforço político prático, de uma forma geral andam de par em par com agendas xenófobas e racistas, bem como posicionamentos políticos (mas muitas vezes contra ‘os políticos’) de tipo populista anti-estatal, no que respeita nomeadamente à ‘liberdade religiosa’, defesa da não-intervenção estatal em assuntos privados (como a violência doméstica e de género), oposição ao estado-providência (o cuidado e apoios devem ser monopólio da família) e elogio dos mercados ‘livres e desregulados’ (pelo menos os mercados nacionais, já que tais retóricas são fortemente defensoras do nacionalismo estatal, e assim da centralidade de soberanias musculados e tendencialmente autárquicas). Tudo isto, portanto, não é apenas sobre a questão do género (e da sexualidade), mas a defesa de um modelo de sociedade hierárquico e autoritário sustentado em desigualdades de género, classe e raça.⁹

Contudo não se deve pensar que estamos hoje face apenas a mais uma encarnação dos velhos tópicos e argumentos da discriminação e legitimação das desigualdades naturalizadas. Esta é uma instanciação nova de narrativas e práticas discriminatórias, que tem vindo a emergir nos últimos 30 anos através, frequentemente, da acção concertada de actores individuais e colectivos e que tem vindo a ganhar força na última década.

Como vimos já, a ideologia anti-género pretende negar a própria noção de género, como processo social de desigualdade que não é factualmente sustentado em supostas assimetrias ou especificidades naturais. Este é um movimento transnacional, ou mesmo global, e uma retórica comum em crescentes contextos populistas de direita e extrema-direita, quer mais marginais, quer já com presença ou mesmo alguma centralidade em diferentes sistemas políticos, além de estar cada vez mais presente em organizações conservadoras convencionais (tais como a Igreja Católica). Embora com variações,

⁹ Existem, contudo excepções nesta concatenação ideológica. De facto, particularmente nos Países Baixos e nos Escandinavos, as argumentações xenófobas amiúde defendem os valores de tolerância e aceitação das questões LGBTQ contra, exactamente, populações migrantes que supostamente não respeitariam tal quadro ‘civilizacional’. Com algumas contradições, já que fortemente oposto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo ou à educação sexual nas escolas, por exemplo, segmentos do *AfD*, nomeadamente através de uma das suas líderes, Alice Weidel (lésbica assumida), sustentam que a sobrevivência das pessoas LGBTQ depende de uma luta contra a ‘ortodoxia islâmica’ das populações com origem no Médio Oriente.

consoante as condições locais de luta política e a sua história específica, existem fortes conexões entre discursos identitários nacionalistas, étnicos e mesmo raciais e estas ‘cruzadas’ anti-género, amiúde levadas a cabo em nome da ‘civilização cristã’.

Numa caracterização geral, podemos dizer que a ideologia anti-género se opõe declarada e explicitamente a vários elementos centrais das contemporâneas políticas emancipatórias de género. Opõe-se a qualquer política promotora da igualdade de género¹⁰ entre mulheres e homens (como a transversalização de género – *gender mainstreaming*). Aos feminismos e aos activismos *queer* (enquanto *corpus* teórico e organizações políticas diversificadas e até contraditórias, mas reconduzidas a uma ilusória homogeneidade). Opõe-se ao casamento e parentalidade de casais do mesmo sexo, numa recusa generalizada e por vezes violenta da homossexualidade e dos direitos LGBTQ. Tal como aos direitos trans (transgénero, transexuais, etc.) e a todos as instâncias de leis de identidade de género¹¹ que efectivem uma desconexão entre a categorização dos sujeitos segundo princípios tradicionais de classificação mutuamente exclusiva dos marcadores reprodutivos e sexuais da corporalidade biológica (vulgo sexo) e as categorias com efeitos legais da identidade de género (porque recusam que esta última exista para lá da anterior, vendo qualquer desconexão como patologia ou desregramento). Também aos direitos reprodutivos das mulheres (particularmente ao direito de descontinuar gravidezes, mas identicamente às práticas contraceptivas) e aos direitos sexuais em geral (particularmente a autodeterminação sexual das mulheres). Igualmente se opõe a técnicas e tecnologias reprodutivas, particularmente quando potencialmente usadas por pessoas e casais não heterossexuais ou mulheres sem parceiro homem (de preferência, o marido), bem como à educação sexual e de igualdade de género e sexual e às políticas e legislação contra a violência doméstica e de género.

A ideologia anti-género pretende, assim, sustentar e defender a família heteronormativa (e seus supostos ‘papéis sexuais’), ‘natural’ e tradicional, dando frequentemente ênfase retórico aos ‘direitos e segurança das crianças’ (acusando a ‘ideologia de género’ de sexualizar as crianças e adolescentes e facilitar a pedofilia e o abuso sexual). Desqualifica como mero desvario ideológico todo o conhecimento e discussão científica e académica que desenvolva uma visão minimamente construcionista

¹⁰ Ainda que por vezes argumentem serem os verdadeiros defensores da igualdade de género, numa inversão dos termos e raptó da linguagem, defendendo uma definição diferencialista e de complementaridade entre os sexos (que logo cai em pressupostos assimétricos).

¹¹ Sobre esta temática, ver Vasconcelos 2018.

do género, ao mesmo tempo que apaga todas as oposições e disputas internas aos Estudos de Género, bem como as relações complexas entre activismo político e academia. Defende, portanto, uma visão profundamente essencialista e naturalista do sexo (já que o género seria não-existente e a biologia humana uma evidência binária absoluta) e da sexualidade (entendida como naturalmente heterossexual). Exalta, então, as supostas diferenças ‘naturais’ entre homens e mulheres e defende a sua natureza ‘complementar’.

A estrutura e o campo

Parece-nos que a ideologia anti-género parte da antigas e sempre recorrentes ideias sobre a nação como família, e da família como organização hierárquica (de género, além de geracional), onde cada um (cada uma...) sabe o seu lugar na hierarquia de poder, numa apologia moral da complementaridade e conformidade assimétricas. Complementaridade e conformidade do próprio ‘corpo nacional’ (‘limpo’, de preferência...), sem conflito, unânime, onde também todos (e todas...) sabem o seu lugar e aceitam o poder do Poder, seja ele político-estatal, económico ou religioso, entre outros.

Está aqui presente, claramente, um amor à hierarquia, que mais não é do que uma adesão identitária às estruturas da desigualdade social, seja ela da classe, do género ou da racialização, assente em configurações objectivas das relações sociais com os interesse que tais desigualdades oposicionais veiculam. Mas, se estas estruturas existem, elas não devem ser confundidas, ainda que se interseccionem.

No que à análise de género diz respeito, aliás, podemos encontrar propostas conceptuais e analíticas que sempre pretenderam dar conta da multidimensionalidade estrutural da desigualdade de género. Particularmente aquelas que lograram superar visões do género que o reduzem a uma coordenada individual (algo que, individualmente, se adquire, se tem ou se faz) dentro de um sistema pré-ordenado de oposição binária entre mulheres e homens, mas antes o vêem como uma estrutura organizada de desigualdade que emana das diferentes instituições sociais ao mesmo tempo que as estrutura (com maior ou menor intensidade, dependendo das instituições). De facto, o género não deve ser visto como uma mera elaboração cultural de diferenças biológicas, mas antes como a construção das diferenças sociais entre categorias de género, a partir da apreensão selectiva e manipulativa das diferenças reprodutivas, dentro de estruturas relacionais baseadas em hierarquias de poder em grande escala – o género é uma estrutura social que não pode ser colapsada noutra qualquer, como cedo alertou Raewyn Connell (1987).

Neste sentido, a própria Connell (1987 e 2009), avançou com o conceito de ordem de género, para dar conta dos padrões amplos de desigualdade de género nas sociedades, constituída por múltiplos e relativamente autónomos regimes de género institucionais (Connell, 2009: 73). Ainda que os diferentes regimes de género possam não estar coerentemente integrados numa ordem de género una e unívoca, já que contradições e indeterminações abundam, sabemos que a maioria dos contextos sociais podem ser caracterizados como obedecendo a princípios androcêntricos de dominação masculina (Bourdieu, 1998). As contradições entre regimes de género, bem como internas a cada um, são aqui elementos fundamentais para dar conta não só da complexidade global dos processos sociais, mas acima de tudo dos processos de mudança social. Os diferentes regimes de género – Poder, Produção, Emoções, Simbólico,¹² são as dimensões constituintes da estrutura de diferenciação e desigualdade societal que é a ordem de género.

O conceito de ordem de género é, assim, um esquema teórico multidimensional que nos permite pensar operativamente a diferenciação e desigualdade de género, em toda a sua diversidade e contradição reais. Mas não chega. Não só porque esta é uma proposta conceptual que se foca apenas no género enquanto estrutura (ainda que com diferentes regimes institucionais), não entrando em considerações sobre a desigualdade de classe ou racializada, mas também porque não distingue, além da estrutura de género, o género como campo de luta política.

O que proponho, de forma necessariamente esquemática e mesmo incipiente, é que uma perspectiva ampla sobre a totalidade dos efeitos e processos de género implica necessariamente uma conceptualização alargada tanto sobre os processos de diferenciação sistémica *como* estrutural do todo societal. Assim, a sociedade, como espaço relacional global, deve ser vista não como um todo unitário, mas como constituída não só por estruturas de desigualdade tendencialmente paralelas (mas apenas relativamente autónomas e mesmo mutuamente constitutivas), como a classe, a racialização/etnicidade e o género (entre outras potenciais), bem como por diferentes

¹² Embora numa primeira formulação Connell (1987) apontasse os regimes do Estado, da Família e da Rua. Nesta mais recente formulação (Connell, 2009) mantém alguma ambiguidade entre serem o Poder, a Produção, as Emoções e o Simbólico os regimes de género, ou antes as dimensões estruturais presentes em todo e qualquer regime institucional de género (como os mencionados na primeira formulação, entre outros como o mercado de trabalho, a sexualidade, etc.; uma abordagem semelhante pode ser encontrada em Sylvia Walby [1990], com a sua ideia das seis estruturas fundamentais do patriarcado – trabalho pago, produção doméstica, cultura, sexualidade, violência e o Estado).

sistemas e/ou campos sociais institucionais, *dos quais um dos sub-campos políticos é também sobre o género.*

Esta conceptualização é necessariamente devedora quer da perspectiva da diferenciação sistémica de Luhmann (1982), quer da conceptualização por Bourdieu (1979 e 1994) do espaço social das classes bem como dos diversos campos sociais existentes contingentemente em cada momento histórico (enquanto subespaços especializados e relativamente autónomos, ver Bourdieu, 1984), que aqui não cabe desenvolver. A articulação, algo forçada, admitimos, entre estes dois autores permite, ao mesmo tempo que se acolhe teoricamente a análise dos processos de diferenciação funcional segundo Luhmann (e de diferenciação estrutural interna a cada sistema funcional, i.e., fundado por um determinado e específico código comunicacional geral, mas onde encontramos igualmente organizações e interacções no seu seio), integrar os processos de hierarquização entre campos a que se refere Bourdieu (nomeadamente, a título exemplificativo, a dominação relativa pelo campo económico na contemporaneidade), ao mesmo tempo que não se menoriza o facto de os vários sistemas sociais apresentarem exactamente as características concomitantes de jogo e de mercado em torno de espécies de recursos específicos que, aliás, fundam o próprio campo/sistema (desta feita incorporando igualmente uma dimensão conflitual como inerente aos processos de reprodução e mudança histórica). Assim, a natureza historicamente variável da própria existência dos sistemas/campos¹³ e a relatividade da sua autonomia (que inclui a possibilidade da sua sobreposição relativa, que não apenas da sua sobredeterminação exógena), não ilide a sua natureza potencialmente mutuamente constitutiva (atente-se a centralidade do estado na constituição do mercado, ou da família moderna, como já bem chamava atenção Durkheim, ou mesmo do género, a começar pela marcação/constituição categorial de identidades legais de género/sexo nos documentos de identificação).

Veja-se que não se defende uma visão reificadora e fixista dos sistemas e campos ou do espaço social total e suas múltiplas estruturas de desigualdade. Os sistemas, espaços e estruturas não são coisas. Não há coisas, a não ser na medida em que as tratamos como tal. São processos de relacionamento social variável, actividades levadas a cabo por indivíduos, grupos, redes sociais e organização em múltiplos contextos normativos, frequentemente concomitantes na quotidianidade dos dias que passam. Mas são analiticamente distintos. Igualmente, quer os sistemas/campos quer o espaço social

¹³ Sendo que nem todos os sistemas apresentam características de campo, como é aliás o caso da instituição familiar, ou melhor, do sistema familiar e de parentesco.

global, constituído este último pela sobreposição relativa e não necessariamente coincidente entre processos estruturais amplos (o género, a classe, a racialização e a diferenciação geracional),¹⁴ não são somente meras distribuições objectivas segundo critérios materiais, mas espaços globais de luta simbólica pela própria definição dos espaços (do que neles é relevante), das suas posições (dominantes ou dominadas) e categorias (ou seja, das pessoas), e dos/pelos recursos neles em jogo.

O que se argumenta suplementarmente, é que as diferentes ordens de desigualdade estrutural relativamente autónomas (os espaços sociais do género, da classe, da racialização e das gerações) se interseccionam preponderantemente na experiência quotidiana e relacional de interacção dos sujeitos em cada contexto institucional relativamente autónomo. Ao mesmo tempo que todos os sistemas/campos têm eles mesmos uma dinâmica e estruturação interna de classe, género, racialização, bem como geracional, para a qual aliás contribuem produzindo efeitos externos, no todo de cada ordem específica de desigualdade e das suas interacções estruturais.

Ora, se o género é uma das estruturas centrais da desigualdade, não pode ser pensada sem ter em atenção quer as suas múltiplas dinâmicas endógenas, quer a sua determinação relativa pelas lutas travadas em configurações institucionais específicas e relativamente autónomas (o estado, o mercado, a ciência, a religião, etc.). Uma dessas configurações institucionais específicas e relativamente autónomas é o campo político do género, *que não pode ser confundido com o género enquanto estrutura*.

Se o género-estrutura sempre foi objecto de lutas e regulações por parte de outros campos ou sistemas (repita-se: o estado, a religião, a família e o parentesco, a ciência e a academia, a medicina, etc.), foi a acção decisiva dos movimentos feministas e LGBTQ que produziu a emergência de um campo específico de luta política (devido à centralidade regulatória do sistema político-estatal) pelo género-estrutura. Isto é o género-campo.

O surgimento das organizações e movimentos políticos da ideologia anti-género não são apenas mais uma instância de tentativas de regulação, neste caso anti-igualitárias, do género-estrutura. Também o são, com certeza. Até pela centralidade, para orientações políticas tradicionalistas de direita ou extrema-direita, de uma visão conservadora e assimétrica do género para a própria ideia da comunidade étnica, nacional e/ou racial – porque estas são entendidas como nascendo da reprodução heterossexual. A dominação

¹⁴ Os três primeiros, aliás, resultado histórico de amplos processos sociais, como o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo. Sobre a natureza socialmente constituída da diferenciação e desigualdade geracional, ver Aboim e Vasconcelos (2014).

masculina e heteronormativa é, para estes agentes, central para sustentar a própria possibilidade de reprodução, manutenção e expansão da comunidade identitária reprodutiva. Mas as ideologias anti-género são mais do que apenas isto. São uma tentativa de erradicar o próprio campo político do género e da sexualidade (o género-campo), como espaço sistémico nevrálgico pelas lutas emancipatórias e igualitárias. A sua mera existência, de resto, é já uma conquista de autonomia e visibilidade não só para reivindicações emancipatórias e igualitárias, mas também dos seus protagonistas. Apagar o campo é apagá-los.

Referências bibliográficas

- Aboim, S. & P. Vasconcelos, (2014). From political to social generations: a critical reappraisal of Mannheim's classical approach. *European Journal of Social Theory*, 17(2): 165-183.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1984). Quelques propriétés des champs. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 113-120.
- Bourdieu, P. (1994), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil & Raisons d'agir.
- Butler, J. (1993). *Bodies that Matter. On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge.
- Connell, R. (1987). *Gender & Power: society, the person and sexual politics*. Cambridge: Polity.
- Connell, R. (2009). *Gender: In World Perspective*. Cambridge: Polity.
- de Gouges, O. (1791/2003). *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne: suivi de Préface pour les Dames ou Le Portrait des femmes*. Paris: Mille et une nuits.
- Garfinkel, H. (1967). Passing and the managed achievement of sex status in an intersexed person. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Goffman, E. (1979). *Gender Advertisements*. New York: Harper & Row.
- Kuhar, R. & D. Paternotte (2017). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality*. Rowman & Littlefield.
- Luhmann, N. (1982). *The Differentiation of Society*. New York: Columbia University Press.

- Oakley, A. (1974a). *Housewife*. London: Allen Lane.
- Oakley, A. (1974b). *The sociology of housework*. London: Martin Robertson.
- Vasconcelos, P. (2018). Ordens de género e reivindicações trans: a desgenitalização política do género? In Anália Torres *et al.* (ed.), *Género, Direitos Humanos e Desigualdades*, CIEG/ISCSP-UL, 259-280.
- Walby, S. (1990). *Theorizing patriarchy*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- West, C. & D. H. Zimmerman (1987). Doing Gender. *Gender and Society*, 1(2): 121-151.
- Wollstonecraft, M. (1792/2004). *A Vindication of the Rights of Woman*. London: Penguin.
- Zimmer, C. (2018). *She Has Her Mother's Laugh: The Powers, Perversions, And Potential of Heredity*. New York: Dutton.